

O PROCESSO DE LUTO E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL SOB A ÓTICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

Elisama Rebeca Ferreira da Silva¹

Thayna Prando Tuci²

Renato Victorino Delgado³

RESUMO: O processo de luto é caracterizado como uma resposta do organismo à perda, o qual é vivenciado de diferentes maneiras, levando em consideração que a cultura e o contexto histórico influenciam diretamente na vida do indivíduo enlutado. Desse modo, neste trabalho, objetiva-se discorrer sobre o processo de luto e suas implicações no desenvolvimento infantil sob a ótica analítico-comportamental, assim como as possíveis intervenções psicoterapêuticas para o tratamento, considerando a atuação do psicólogo de forma ética, responsável e socialmente comprometida. Por se constituir como uma pesquisa bibliográfica, neste estudo, busca-se refletir sobre o estado da arte sobre os conhecimentos nessa área, compilando informações relevantes e de forma acessível, instigando os profissionais de psicologia a ampliarem a sua visão quanto a essa temática. Conforme se observa no decorrer do trabalho, o “enlutar-se” da criança é antagônico ao do adulto e, quando mal experienciado, compromete o seu desenvolvimento.

Palavras-chaves: Luto na infância, análise do comportamento, intervenções psicoterapêuticas.

THE PROCESS OF GRIEF AND ITS IMPLICATIONS ON CHILD DEVELOPMENT FROM AN ANALYTICAL-BEHAVIORAL PERSPECTIVE

ABSTRACT: The process of grief is characterized as an organism's response to loss, which is experienced in different ways, taking into consideration that culture and historical context directly influence the life of the bereaved individual. Thus, this paper aims to discuss the process of grief and its implications on child development from an analytical-behavioral perspective, as well as possible psychotherapeutic interventions for treatment, considering the psychologist's role in an ethical, responsible, and socially committed manner. Being a bibliographic research, this study seeks to reflect on the state of the art in knowledge in this area, compiling relevant and accessible information, encouraging psychology professionals to broaden their understanding of this topic. As observed throughout the work, a child's experience of grief is antagonistic to that of an adult, and when poorly experienced, it compromises their development.

Keywords: Grief in childhood, behavior analysis, psychotherapeutic interventions.

EL PROCESO DE DUELO Y SUS IMPLICACIONES PARA EL DESARROLLO INFANTIL DESDE UNA PERSPECTIVA CONDUCTUAL-ANALÍTICA

RESUMEN: El proceso de duelo se caracteriza por ser una respuesta del organismo a la pérdida, que se experimenta de diferentes maneras, teniendo en cuenta que la cultura y el contexto histórico influyen directamente en la vida del individuo en duelo. El objetivo de este estudio es, por tanto, discutir el proceso de duelo y sus implicaciones en el desarrollo infantil desde una perspectiva conductual-analítica, así como las posibles intervenciones psicoterapêuticas para su tratamiento,

¹ Acadêmica do 4.º ano do curso de psicologia, da Universidade Paranaense — UNIPAR (sede). Umuarama - Pr, Brasil.. E-mail: elisama.ferreira@edu.unipar.br

² Acadêmica do 4.º ano do curso de psicologia, da Universidade Paranaense — UNIPAR (sede). Umuarama - Pr, Brasil.. E-mail: thayna.prando@edu.unipar.br

³ Docente e Orientador do curso de psicologia da Universidade Paranaense — UNIPAR (sede). Umuarama - Pr, Brasil.. Email: renatodelgado@prof.unipar.br

teniendo en cuenta la labor ética, responsable y socialmente comprometida de los psicólogos. Al tratarse de un estudio bibliográfico, se pretende reflexionar sobre el estado del arte del conocimiento en esta área, recopilando información relevante de forma accesible, animando a los profesionales de la psicología a ampliar su visión sobre este tema. Como se puede comprobar a lo largo de este trabajo, el "duelo" infantil es antagónico al de los adultos y, mal vivido, pone en peligro su desarrollo.

Palabras clave: Duelo infantil, análisis del comportamiento, intervenciones psicoterapéuticas.

1. INTRODUÇÃO

A ideia de finitude se dá quando há consciência de que algo ou alguém um dia deixará de existir. Nesse momento, muitas perguntas surgem, pois não há uma explicação concreta do que seja a morte, constituindo-se como algo complexo e abstrato. Sua representação muda a partir de múltiplas variáveis, como a época, a cultura e a religião, as quais influenciam de forma direta na construção do ser humano permitindo, assim, que cada um possua concepções diferentes do mesmo assunto, ainda mais considerando as fases da vida, como infância, adolescência, adultez e velhice. Ainda assim, fato é que a morte é um processo natural e não pode ser evitado, faz parte do ciclo da vida. No entanto, lidar com os sentimentos que emergem ao falar sobre ela não é uma tarefa fácil.

Dessa forma, constata-se que falar sobre a morte é um tabu para muitas pessoas, pois acarreta medo e sofrimento. Uma pesquisa realizada, em 2018, pelo Studio Ideias a pedido do Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil (Sincep) apontou que 73% da população brasileira não gosta de falar sobre a morte, sendo o assunto associado a algo negativo por ocasionar sentimentos de saudade, tristeza, entre outros. Além disso, segundo a mesma pesquisa, falar sobre a morte é tão distante que mesmo depois de as pessoas atingirem a velhice, o assunto não é recorrente e é considerado por muitos como uma conversa íntima, ou até mesmo sinal de fraqueza. Entretanto, eventos decorrentes de perda acontecem a todo momento e seus impactos podem alcançar desde um núcleo menor até a população mundial.

Um exemplo de alcance mundial ocorreu em 2020, conforme nomeou a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma pandemia, pois uma doença infecciosa, a Covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, se alastrou no mundo, resultando em quase sete milhões de mortos, somando um pouco mais de setecentas mil mortes no Brasil até o ano de 2023. Em comparação ao início da pandemia, houve uma diminuição expressiva de mortes em decorrência das vacinas aplicadas na população. Porém, nesse cenário conturbado, no qual, a todo o momento, notícias “ruins” chegavam, não apenas sobre o óbito, mas de fechamento de empresas, divórcios, desemprego, entre outras relacionadas à perda, a mesma população que não gosta de falar de morte ficou em contato próximo com o assunto e precisou encontrar meios para lidar com a conjuntura em questão.

Muitos completaram o ciclo da vida, mas os familiares, os amigos, os conhecidos que continuaram vivendo experienciaram, ou ainda experienciam, o chamado luto. Esse processo é vivenciado por todos após uma perda, podendo ser referente a um emprego, um animal de estimação, uma separação/término, uma amputação de um membro do corpo ou qualquer outra situação em que haja rompimento de vínculo e necessidade de adaptação.

Dessa forma, o presente trabalho tem como foco discorrer sobre o processo de luto na infância, quando a criança perde, devido ao falecimento, algum ente querido de seu convívio,

ênfatizando as consequências decorrentes da forma com que é dada a notícia, seja pelos pais ou responsáveis. Isso porque a forma como a morte for comunicada à criança influenciará em seu desenvolvimento social, emocional, psíquico ou até mesmo fisiológico, em curto ou longo prazo.

Sendo assim, nesta pesquisa, realiza-se uma revisão bibliográfica, compilando informações importantes sobre essa temática - luto e suas implicações no desenvolvimento infantil a partir dos princípios da Análise do Comportamento (AC). Essa é uma abordagem teórica da psicologia que tem como objetivo estudar o comportamento humano, compreendido a partir da interação do organismo com o ambiente no qual está inserido. Com base na filosofia do behaviorismo radical, compreende-se o homem como ator sobre o mundo, que é modificado pelas consequências de suas ações, as quais também o modificam (SKINNER, 1992).

Ademais, espera-se que esta produção viabilize aos leitores, em geral, uma compreensão mais abrangente sobre o assunto, ao discorrer sobre como diferenciar o luto de outras doenças, e possa auxiliar profissionais da psicologia no tratamento desse processo a partir das intervenções utilizadas pela Análise do Comportamento, citadas no decorrer do estudo, em sua atuação ética, responsável e socialmente comprometida (CFP, 2005). A respeito disso, é necessário levar em consideração, de forma crítica, que o luto é experienciado de diversas formas, em diferentes sujeitos, pois a subjetividade e a cultura são fatores influenciadores nesse processo.

2. DISCUSSÃO: REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Luto e suas definições

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) define e restringe o luto, descrevendo-o como “[...] a experiência de perder um ente querido para a morte” (APA, 2022, p. 192), além de o subdividir em normal ou descomplicado e prolongado, quando se leva em conta a duração dos sintomas, sendo predominantes os sentimentos de vazio e de perda pela saudade da pessoa falecida, além da dor emocional envolvendo tristeza, raiva, amargura, às vezes, pela preocupação com aquele que se foi (APA, 2022). Tendo em vista que o intuito do DSM é padronizar os critérios diagnósticos das desordens que afetam a mente e as emoções, ele é considerado um documento de suma importância no auxílio da detecção e da classificação de doenças, elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA).

Em sua quinta edição revisada, o DSM abre espaço para esse novo diagnóstico relacionado a traumas e estressores - transtorno de luto prolongado, nomeado assim quando os seus sintomas são excessivos, em intensidade e/ou duração, ultrapassando doze meses após a morte da pessoa próxima. Esse distúrbio pode se tornar traumático a depender da situação da morte (APA, 2022) e até desencadear um Episódio Depressivo Maior (EDM), muitas vezes confundido com o luto por

afetar algo em comum nessas duas situações, que é o humor. No entanto, o próprio DSM-5-TR fornece o diagnóstico diferencial, para auxiliar na diferenciação de transtornos com sintomas semelhantes, com informações como:

A disforia no luto tende a diminuir de intensidade ao longo de dias a semanas e ocorre em ondas, as chamadas dores do luto. Essas ondas tendem a estar associadas a pensamentos ou lembranças do falecido. O humor deprimido de um EDM é mais persistente e não está ligado a pensamentos ou preocupações específicas. (APA, 2022, p. 176)

Ademais,

Se um indivíduo enlutado pensa sobre a morte e o morrer, tais pensamentos são geralmente focados no falecido e possivelmente em “juntar-se” ao falecido, enquanto em um EDM tais pensamentos estão focados em acabar com a própria vida por se sentir inútil, indigno da vida ou incapaz de lidar com a dor da depressão. (APA, 2022, p. 176)

As afetações do luto na vida do sujeito ainda podem corresponder a alucinações, diminuição da quantidade e da qualidade do sono, problemas quanto à identidade, à ansiedade, prejuízos no funcionamento social, choro, pensamentos suicidas, isolamento, entre outras. Esses sentimentos e sintomas podem estar presentes em qualquer etapa da vida, na infância, na adolescência, na adultez e na velhice, e segundo a Associação Americana de Psiquiatria (2022), podem ser identificados em todos os contextos culturais.

Porém, considerando a multiplicidade das circunstâncias, sintomas e seres existentes, é interessante compreender o luto também como algo múltiplo, não o restringindo como um processo decorrente de uma perda, a ser, em algum momento da vida, experienciado pelo indivíduo, devido ao falecimento de alguém próximo, à perda de um objeto ao qual existe apego, à morte de um animal de estimação ou em qualquer tipo de relação em que haja um rompimento de vínculo. Segundo Parkes (2009), o luto é um processo associado à cultura que o sujeito está inserido, por isso, cada um o vivencia da sua forma, pois há múltiplas culturas com seus ideais, crenças, religiões e outras características particulares.

Para compreender o processo do luto, alguns autores contribuíram e contribuem com seus estudos sobre a temática, como, por exemplo, Elisabeth Kubler-Ross (2008), que se propõe a explicá-lo a partir de cinco fases ou estágios. Para a autora, elas são reações que a pessoa enlutada tende a vivenciar, sendo: negação, raiva, barganha (ou negociação), depressão e aceitação.

Com ideias e interesses alinhados, Parkes (1998) e Bowlby (1980) também contribuíram com os estudos sobre esse tema, e para o último, tanto crianças, quanto adultos vivem os mesmo estágios em um processo de luto: torpor, desejo pela presença do que foi perdido, desespero, desorganização e reorganização.

Não discordando das perspectivas apresentadas, J. William Worden (2013) faz uma observação relevante e crítica a elas, dizendo que olhar para o conceito de “fases” ou “estágios”, no

sentido literal, pode causar desapontamento aos profissionais e/ou aos estudiosos, caso o indivíduo não as vivencie, ou se vivê-las em ordem diferente daquela proposta por Kubler-Ross (2008), por exemplo, pois o sujeito não ultrapassa o luto de forma passiva ou seriada. Por isso, o autor utiliza-se de tarefas para que o sujeito enlutado consiga passar por esse processo, sendo elas: aceitar a realidade da perda, processar a dor do luto, ajustar-se ao mundo sem a pessoa morta e encontrar uma conexão duradoura com a pessoa morta em meio ao início de uma nova vida. Segundo Worden (2013), o luto não é um estado e sim um processo e, para enfrentá-lo, é necessário que o sujeito esteja ativo em seu processo.

Além disso, outra conceituação importante para o projeto refere-se à visão que a abordagem teórica da psicologia, nesse caso, a Análise do Comportamento (AC), possui acerca do luto. Esse viés tem como princípio os estudos do comportamento humano a partir das interações do organismo com o ambiente (condicionamento respondente, condicionamento operante, contingências de reforçamento e punição, esquemas de reforçamento, o papel do contexto, entre outros tipos de interação), investigando como as mais diversas variáveis ambientais influenciam o comportamento (MOREIRA; MEDEIROS, 2019).

O comportamento humano, a partir dessa teoria, segue o modelo de seleção pelas consequências. Ele é disposto em níveis que operam em conjunto na seleção de um comportamento, podendo ser influenciadores no processo de luto. São eles: filogênese, ontogênese e cultural (MOORE, 2018).

O nível filogenético tem relação com respostas inatas do indivíduo, ou seja, refere-se às características genéticas que são passadas de geração em geração. A ontogênese, por sua vez, refere-se a tudo que se aprende durante a vida por interação com o meio e como isso causa modificações de comportamento. Por fim, o nível cultural envolve práticas culturais do sujeito em sociedade, e como é influenciado por esse meio social em que se encontra (MOREIRA; MEDEIROS, 2019). Dessa forma, para a AC, o luto é um processo que tem efeito nas relações existentes, afetando o organismo e seu ambiente.

Para compreender, de fato, o que se pode passar ao perder algo/alguém, segundo a perspectiva analítico-comportamental, é preciso, a priori, levar em consideração que o luto é um processo singular, ou seja, não existe uma ordem pré-estabelecida para o enfrentar (PITANGA, 2022). No entanto, é comum àqueles que vivem o luto passarem por um processo de restabelecimento, necessitando de um tempo para se adaptar à nova realidade, e isso envolve algumas mudanças de comportamentos e sentimentos. Todavia, cada sujeito atravessará esse processo de maneira diferente, sendo possível que algumas pessoas se adaptem melhor que outras (WORDEN, 2013).

2.2 Particularidades do processo de luto na infância

Há diferença na concepção de morte entre adultos e crianças. Quando o assunto está relacionado ao processo de luto infantil, deve-se levar em consideração que, a depender da idade, a criança já possui capacidade de compreensão sobre a morte, no entanto, isso não se torna um impedimento para conversar com ela sobre o assunto.

De acordo com Brandão (2012), a infância é a fase do desenvolvimento humano em que o sujeito passa pelo processo de aprendizagem. A criança está propensa a descobertas, conhecimentos e habilidades diante suas experiências, o que acarreta diretamente mudanças comportamentais em sua vida. Diante disso, Colombo (2021) expõe que em cada fase do desenvolvimento a compreensão da morte ocorre de uma forma distinta, na infância, por exemplo, a perda pode causar impactos físicos ou psíquicos na criança.

Segundo Parkes (1998), o sujeito que vivencia o processo de luto de forma excessiva pode sofrer impactos biopsicossociais. Crianças que vivenciam momentos como esse podem ser afetadas no âmbito biológico por meio da sua cognição, apresentando sintomas como: dificuldade de se concentrar, perda do sono, falta de apetite e indisposição ocasionada pela falta de energia. Também é comum que sintomas fisiológicos causem alterações no sistema cardiovascular, imunológico, respiratório, nervoso e digestivo, manifestando-se por vômitos, dores físicas, palpitações, entre outros (MARINHO; MARINONIO; RODRIGUES, 2007; APA, 2022). Ademais, “[...] as consequências de longo prazo no desenvolvimento de crianças e adolescentes incluem abandono escolar prematuro, aspirações educacionais diminuídas e desempenho acadêmico reduzido” (APA, 2022, p. 326).

Algumas emoções atreladas ao processo de luto, como ansiedade, raiva, tristeza e saudade, costumam ser, de acordo com Thomaz (2012), causas internas do comportamento e não um estado do organismo. Além disso, é importante salientar que, na infância, os sujeitos “[...] podem expressar anseio em pensamento e brincar como um desejo, literalmente, de se reunir fisicamente com o falecido para superar a dolorosa separação física (por exemplo, subir uma escada para o céu ou deitar no chão ao lado de um dos pais)” (APA, 2022, p. 325).

Falar sobre luto é difícil em qualquer fase da vida, mas abordar esse assunto com uma criança pode ser uma tarefa ainda mais complicada. Muitos adultos não têm o entendimento de como transmitir essa informação de forma clara e, por vezes, acreditam que evitar falar sobre isso é a melhor opção (CRUZ et al., 2021). Geralmente, metáforas são utilizadas para “explicar” a morte, o que pode prejudicar o entendimento da criança sobre o fato ocorrido, ou até mesmo associar essas ações a outros comportamentos, aumentando a probabilidade de se interpretar o evento “morte” de acordo com perspectivas não realistas ou inconsistentes. Um exemplo disso é comunicar à criança sobre o assunto, dizendo: “a vovó virou estrelinha”, “ela apenas descansou”. De acordo com

Fernandes, Montalli e Valoto (2022), os prejuízos podem estar associados à criança pensar que a pessoa está somente “descansando” e irá acordar em breve.

Desse modo, Fernandes, Montalli e Valoto (2022) ainda expõem que essas ações, de tentar se esquivar do assunto, ou até mesmo de buscar suprir a perda substituindo-a por objeto ou algo de interesse da criança, podem gerar consequências negativas que intensificam e dificultam o processo. Por isso, é importante que se aprenda a lidar e controlar as emoções decorrentes, e caso haja dificuldade nesse sentido, a busca pelo acompanhamento psicoterapêutico pode evitar ou minimizar experiências traumáticas que influenciarão durante toda a vida adulta (ARANTES-GONÇALVES, 2011).

Quanto mais reforçadores positivos são encontrados na relação, mais intensa tende a ser a reação à perda (TORRES, 2013). Logo, a criança em um processo de luto precisará se reorganizar e se adaptar às mudanças de vida, visando identificar novos reforçadores capazes de suprir aqueles que se foram junto de quem faleceu. Porém, é imprescindível que haja diálogo com a criança sobre o ocorrido, respeitando sua capacidade de compreensão, ou seja, se necessário, elaborar uma explicação de fácil entendimento das ideias expostas, utilizando-se de uma linguagem adequada para cada situação (CRUZ et al., 2021).

Sendo assim, ainda que seja um assunto delicado a ser tratado, é importante existir uma comunicação adequada sobre o processo da morte com a criança, a fim de que ela compreenda e converse sobre o assunto, verbalizando seus sentimentos. Cabe aos responsáveis reforçarem o comportamento da criança de verbalizar o que sente em relação ao assunto, em um ambiente de acolhimento e cuidado. Pois, os inúmeros comportamentos emitidos por um organismo são mantidos por consequências, as quais são responsáveis por sustentá-los ou não (MOREIRA; MEDEIROS, 2019). Caso seja necessário, ainda é válido ressaltar que os responsáveis podem optar por ajuda psicológica, pois nem sempre a família está em condições de oferecer o suporte necessário à criança.

2.3 Intervenções psicoterapêuticas no atendimento a crianças enlutadas

A Análise do Comportamento, como ciência sustentada na filosofia behaviorista radical, busca, a partir das interações do organismo com o ambiente, investigar como as mais diversas variáveis ambientais influenciam o comportamento (contingências). Essa forma de investigação é denominada Análise do Comportamento Aplicada (ABA), a qual trata-se da parte aplicada que busca soluções (tecnologia comportamental) para resolução de problemas socialmente relevantes. Podendo ser utilizada pelo psicólogo nos mais diversos campos de sua atuação (MOREIRA; MEDEIROS, 2019).

Sendo assim, existem algumas terapias com base no behaviorismo radical, como a terapia clínica analítico-comportamental, que a partir de estudos aplicados propõe intervenções para conduzir de maneira mais eficaz o processo terapêutico, visando qualidade de vida à criança (VERMES, 2012). Visto que os diferentes tipos de perdas, estando ou não relacionadas à morte, mas que acarretam um processo de luto, têm se tornado uma queixa frequente (OLIVEIRA, 2014).

Quanto ao processo terapêutico infantil, em grande parte dos casos, a procura é feita pelos pais ou responsáveis, pois nem sempre a criança vai se queixar de algo que está afetando sua saúde mental. A busca pelo suporte terapêutico ocorre frequentemente quando os responsáveis percebem sinais e mudanças de comportamentos que sinalizam a necessidade de ajuda e, por vezes, não sabem lidar com o assunto (SILVARES, 2015). Dessa forma, nas primeiras sessões, o profissional busca realizar uma entrevista inicial com os responsáveis, com o intuito de estabelecer os objetivos e as demandas que os fazem buscar a terapia, para assim prosseguir com o processo terapêutico e, mais adiante, realizar o atendimento com a criança (SILVARES, 2015).

É importante considerar a relevância da aliança terapêutica, pois, a partir dela, os pais passam a confiar no psicólogo, viabilizando também que a criança consiga sentir-se segura e à vontade para expressar seus sentimentos. Silva (2016) então enfatiza que, no processo terapêutico infantil, é essencial estabelecer o vínculo, não somente com a criança, mesmo que o atendimento aconteça diretamente com ela, mas também com os responsáveis, fazendo-os se envolver e colocando-os como parte do processo. Dessa forma, à medida que o vínculo se fortalece, é possível ter melhores resultados, como a motivação da criança a participar de forma ativa no processo (CASTRO; LAMELA; FIGUEIREDO, 2009).

Para atingir esses objetivos, o psicoterapeuta pode fazer uso de estratégias lúdicas (jogos, brinquedos, desenhos, entre outros) as quais se constituam como facilitadores no processo de interação e construção do vínculo (MONTEIRO; AMARAL, 2019). No entanto, é fundamental ao psicólogo fazer um planejamento e definir qual será a escolha de materiais que possam ser favoráveis no processo de observação e intervenção (SILVEIRA, 2012), a partir dos objetivos traçados e dados coletados na entrevista inicial.

Considerando que cada processo terapêutico é único, e quanto aos comportamentos, mesmo que sejam similares, podem ter funções distintas (PIMENTA; SALVADOR, 2023), Oliveira e Ricardo (2022) alegam ser indispensável uma análise funcional de cada caso, a qual visa identificar as contingências do comportamento a partir da relação estabelecida com as situações que o antecederam e as suas consequências, visto que uma análise precisa auxilia na avaliação de um diagnóstico diferencial.

Quando o foco da terapia é a criança, um dos métodos comportamentais utilizados é a Terapia Analítico-Comportamental Infantil (TACI), cujo objetivo é a modificação dos

comportamentos que causam sofrimento à criança (SILVA, 2016). Diante disso, Silva (2016) alega que um atendimento terapêutico infantil diferenciado só é possível quando o psicoterapeuta faz uso de procedimentos e técnicas diversificadas, fundamentados nos princípios da análise do comportamento, como a modelagem do comportamento, reforçamento diferencial, extinção, entre outros.

Ademais, Vermes (2012) também sugere que no atendimento a criança haja também a orientação parental, a fim de possibilitar aos responsáveis maior compreensão quanto a função e as consequências do comportamento da criança. Dessa forma, o psicoterapeuta possibilita a eles que adquiram novas formas de agir que auxiliarão no processo, e conseqüentemente na obtenção de resultados melhores em relação ao comportamento-alvo.

Além disso, vale ressaltar que dentro da psicoterapia comportamental infantil, a depender da demanda, outras terapias de terceira geração podem ser utilizadas como intervenção para auxiliar o psicólogo, como, por exemplo, a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) e a Ativação Comportamental (BA).

A Terapia de Aceitação e Compromisso (*ACT - Acceptance and Commitment Therapy*) é uma intervenção com estratégias que permitem ao sujeito se aproximar de suas experiências. Tem como objetivo auxiliar na aceitação do momento vivenciado sem fugir ou se esquivar de seus comportamentos privados, podendo ser emoções, sentimentos, lembranças ou pensamentos, mesmo se forem os mais aversivos possíveis (SABAN, 2008), uma vez que todos os seres humanos estão expostos a experienciar momentos difíceis. Essa intervenção é considerada eficaz para se tratar de demandas como o luto. Então, como não se pode evitar o sofrimento, a ACT oferece alguns recursos, como exercícios e metáforas que permitem ao sujeito entrar em contato com essas experiências, ampliando seu repertório comportamental e estabelecendo um novo tipo de relação com seus eventos privados.

Por meio do tratamento realizado pela Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), é possível ao sujeito estar realmente em contato com suas emoções, além de reconhecer seus sentimentos e angústias referentes ao momento de luto que está vivenciando, a partir da ampliação e intensificação do sofrimento emocional. Nesse caso, o indivíduo enfrenta o infortúnio e se adapta às mudanças, sempre buscando por novos reforçadores que promovam a qualidade de vida (HAYES; SMITH, 2022).

Outra terapia subsidiada no behaviorismo radical é a Psicoterapia Analítica-Funcional (FAP), representada pelas contribuições de Robert Kohlenberg e Mavis Tsai (1991). Segundo os autores, nesse tipo de intervenção, utilizam-se a observação e a classificação dos comportamentos relevantes ao processo apresentados pelo cliente/paciente, método que pode ser denominado como “Comportamentos Clinicamente Relevantes” (CCR), ou “*Clinically Relevant Behavior*” (CRB). São

divididos em três categorias: comportamento problema CRB 1; progressos do cliente ocorridos em sessão CRB 2; e interpretações funcionais por parte do cliente, incluindo os avanços no processo terapêutico CRB 3.

Para que o profissional consiga distinguir os três tipos de comportamento apresentados pelo sujeito durante a sessão, faz-se uso de cinco regras que regem essa intervenção (KOHLENBERG; TSAI, 1991). Embora sejam não estáticas, essas regras permitem movimento no processo, as quais consistem em observar os CRBs com atenção, evocar aqueles que serão a base para o progresso clínico, reforçar os comportamentos de melhora CRB 2, observar os efeitos do reforçamento do terapeuta em relação aos comportamentos do sujeito e fornecer informações para facilitar a generalização dos comportamentos para fora do *setting* terapêutico.

A FAP proporciona ao sujeito em sofrimento atravessar um processo de mudanças no comportamento e na queixa trazida. Seu principal objetivo é a modelagem de habilidades, e esse processo acontece no contexto terapêutico, visto que os comportamentos evocados pela criança podem ser semelhantes aos apresentados em outras relações sociais presentes em sua vida. Sendo assim, o profissional deve partir sempre da audiência não punitiva, ou seja, desempenha uma escuta sem punir e sem julgar a pessoa e/ou os fatos narrados (BRAVIN; FRONZA; DUTRA, 2022).

Além dessas intervenções já citadas, vale ainda mencionar a Ativação Comportamental (BA), utilizada no tratamento da depressão, promovendo ao sujeito em sofrimento a busca por novos reforçadores positivos, permitindo-o adquirir e entrar em contato com novas habilidades, haja vista que ele tende, aos poucos, diminuir sua participação ativa em atividades rotineiras. Assim, os resultados dessa estratégia de intervenção podem ser efetivos no tratamento do luto, levando o sujeito a executar atividades que o auxiliem e o estimulem, aos poucos, a sair do estado deprimido no qual se encontra (ABREU; ABREU, 2017). Porém, para isso, é necessário que o terapeuta busque conhecer quais atividades são prazerosas ao cliente e quais são aversivas. Entre algumas atividades propostas estão o manejo de contingências situacionais, o ensaio comportamental, a modelagem de estratégias de ativação e as técnicas de relaxamento (ALVES; BONVICINI, 2022).

Entretanto, para que cada intervenção seja aplicada de forma efetiva, é importante que de fato haja uma investigação minuciosa e cautelosa, pois o comportamento de quem está em estágio de luto não é o mesmo em todos que o experienciam. Tal análise direcionada e atenciosa, já está atrelada ao objetivo do psicólogo que deve ser o de auxiliar a criança nesse processo de luto de forma assertiva, promovendo saúde e qualidade de vida, em conformidade com as atribuições do profissional, segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo em relação a sua práxis, além de atuar sempre com responsabilidade social. Para isso, deve se utilizar de princípios, conhecimentos e ferramentas que sejam reconhecidas pela ciência psicológica, adequadas para intervir em cada caso

apresentado, sem induzir ao processo suas concepções, considerando a individualidade da criança, dentro de sua realidade histórica e cultural (CFP, 2005).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta revisão bibliográfica, foi possível fazer um levantamento sobre o estado da arte no que se refere ao processo de luto na infância sob a perspectiva analítico-comportamental.

Com base nas fundamentações apresentadas, pode-se entender que o luto, em geral, é vivenciado de forma singular, ou seja, cada indivíduo emite comportamentos distintos em relação a esse processo natural e multifacetado, considerando as variáveis que o perpassam, como a cultura, as concepções religiosas, entre outras. Todavia, quanto às crianças, ressaltam-se algumas particularidades, como o fato de a infância ser uma fase do desenvolvimento na qual o indivíduo ainda não tem muita compreensão do que é a morte, além de ser preciso considerar o manejo no atendimento psicoterapêutico.

Diante da complexidade e relevância acerca do tema tratado, observa-se que uma abordagem mal elaborada implica diretamente no desenvolvimento dos indivíduos, com consequências de curto e longo prazo. Isso acontece pelo fato das pessoas não saberem como lidar com o processo; por não buscarem tratamento adequado; por falta de informação, ou até mesmo porque muitos não gostam de falar sobre a morte; lapsos que se refletem na criança enlutada.

Por isso, verifica-se a importância da inserção da psicologia nos mais diversos contextos, para ampliar o significado de luto, o qual não se restringe à morte, mas é vivenciado nas mais diversas perdas, principalmente quando há uma ruptura de vínculo.

Em vista disso, o psicólogo, em sua atuação, deve estar preparado para lidar com essa demanda que tem aumentado, adquirindo competências necessárias, fazendo um bom planejamento e se aprimorando teoricamente para contribuir com o desenvolvimento da psicologia nos processos de luto. É primordial dedicar-se na investigação do caso, para que a análise funcional realizada auxilie a superar o diagnóstico.

Ademais, quanto às intervenções possíveis a serem aplicadas, é dever do profissional quando selecionar, considerar se essas possuem efetividade como as psicoterapias da Análise do Comportamento, as quais foram citadas neste trabalho, para que atinjam seu objetivo e sejam eficazes na particularidade do caso. Valendo-se da atuação ética com responsabilidade social, procura-se promover uma melhora na qualidade de vida do sujeito, auxiliando, dessa forma, a criança na concepção do processo de luto, no intuito de reduzir ou aniquilar possíveis danos futuros.

Sendo assim, o presente artigo, a partir do apanhado teórico retomado, abre caminho para romper com o tabu existente em relação ao luto, visto que a temática tem ganhado espaço nas discussões, e até mesmo nos manuais diagnósticos, frente à demanda apresentada nos últimos anos,

além de contribuir com a ciência e a profissão, na perspectiva da psicologia analítico-comportamental.

Portanto, é de suma importância a disseminação de informações que constatem a relevância de se ater ao processo de luto na infância de forma crítica, almejando contribuir com o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ABREU, P. R.; ABREU, J. H. dos S. S. Ativação comportamental: Apresentando um protocolo integrador no tratamento da depressão. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 238–259, 2017.

ALVES, K. I.; BONVICINI, C. R. O papel da ativação comportamental no manejo dos sintomas depressivos. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5.^a ed., revisão de texto. Washington: Associação Psiquiátrica Americana, 2022. Disponível em: <https://www.academia.edu/96657644/DSM_5_Atualizado_Portugu%C3%AAs_DSM_5_TR_American_Psychiatric_Association>. Acesso em: 24 jun. 2023.

ARANTES-GONÇALVES, F. Luto e Depressão: Da Psicanálise às Neurociências. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, n. 21, 2011.

BOWLBY, J. **Apego e perda, vol. 3 - Perda: tristeza e depressão**. 3. ed. Martins Fontes, 1980.

BRANDÃO, M. L. **Psicofisiologia**. 3.^a ed. São Paulo: Atheneu, 2012.

BRAVIN, A. A.; FRONZA, D. M.; DUTRA, M. P. S. Três retratos de intervenções frente ao luto: propostas reativas, de aceitação e preventivas. *In*: FONSECA, F. N.; SANTOS, L. B. dos; FREIRE, A. L. L. (Org.). **Luto: Teoria e intervenção em Análise do Comportamento**. Curitiba: CRV, 2022. p. 311 - 326.

CASTRO, M.; LAMELA, D.; FIGUEIREDO, B. Aliança terapêutica pais-terapeuta como indicador da qualidade da relação terapêutica entre criança e terapeuta. **Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento**, v. 1, n. 1, p. 53 - 60, 2009.

COLOMBO, L. B. **Luto infantil e possíveis repercussões no desenvolvimento vincular**. 2021. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul: 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n.º 010/05. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**. Brasília: CFP, 2005.

CRUZ, M. C. N. L. et al. Um pedaço de mim virou estrelinha: elaboração do luto infantil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 8, pág. e23210817255-e23210817255, 2021.

FERNANDES, K. M. E; MONTALLI, J. D. R.; VALOTO, M. V. Terapia analítico-comportamental infantil com crianças enlutadas: intervenção clínica. *In*: FONSECA, F. N.; SANTOS, L. B. dos;

- FREIRE, A. L. L. (Orgs.). **Luto: Teoria e intervenção em Análise do Comportamento**. Curitiba: CRV, 2022. p. 119 - 144.
- HAYES, S. C.; SMITH, S. **Saia da sua mente e entre na sua vida: a nova terapia de aceitação e compromisso**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2022.
- KOHELNERG, R. J.; TSAI, M. Functional analytic psychotherapy: Creating intense and curative relationships. **Journal of Psychotherapy Integration**, 4, 175 - 201, 1991.
- KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a Morte e o Morrer**. 9ª. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008 [1969].
- MARINHO, A. H. R.; MARINONIO, C. C. R.; RODRIGUES, L. C. A. **O processo de luto na vida adulta decorrente de morte de um ente querido**. 2007. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia), Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro: 2007.
- MOORE, J. Seleção comportamental por consequências. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, v. 13, n. 2, 2018.
- MONTEIRO, M. F.; AMARAL, M. Terapia Comportamental Infantil: um panorama sobre o uso de estratégias lúdicas. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 10, n. 2, p. 243-255, 2019.
- MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. **Princípios Básicos de Análise do Comportamento**. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- OLIVEIRA, D. R.; RICARDO, H. do N. Análise do Comportamento e a relação entre o luto, crise, emergências e desastres. *In.*: FONSECA, F. N.; DOS SANTOS, L. B.; FREIRE, A. L. L. (Orgs.). **Luto: Teoria e intervenção em Análise do Comportamento**. Curitiba: CRV, 2022. p. 311 - 326.
- OLIVEIRA, D. R. **Terapia do Luto: contribuições e reflexões sob a perspectiva da Análise do Comportamento**. 2014. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Terapia Comportamental: teoria e prática), Hospital Universitário da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014.
- PARKES, C. M.. **Amor e Perda: as raízes do luto e suas complicações**. Trad. Maria Helena Pereira Franco. São Paulo: Summus, 2009.
- PARKES, C. M. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta**. São Paulo: Summus, 1998.
- PIMENTA, A. C. D; SALVADOR, A. P. V. A prática do(a) terapeuta comportamental infantil: considerações e reflexões sobre a atuação e manejo clínico. *In.*: SANTOS, A. V.; PITANGA, A. V. (Orgs.). **Terapia Analítico-Comportamental Infantil: Práticas Criativas do Terapeuta no Atendimento com Crianças**. Curitiba: Juruá Editora, 2023. p. 215 - 238.
- PITANGA, A. V.; Quando a morte bate à porta: Terapia Comportamental e Luto. *In.*: FONSECA, F. N.; SANTOS, L. B. dos; FREIRE, A. L. L. (Orgs.). **Luto: Teoria e intervenção em Análise do Comportamento**. Curitiba: CRV, 2022. p. 13-30.
- SABAN, M. T. **Terapia de aceitação e compromisso (ACT)**. 2008. 137 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia), Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2008.

SILVA, M. G. S. G. **A Relação Terapêutica na Terapia Analítico-Comportamental Infantil**. 2016. 45 f. Monografia (Especialização em Terapia Analítico-Comportamental Infantil), Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento. Brasília: 2016.

SILVARES, E. F. de M. Entrevistando os pais da criança encaminhada para atendimento psicológico. *In.*: SILVARES, E. F. de M.; GONGORA, M. A. N. **Psicologia clínica comportamental: a inserção da entrevista com adultos e crianças**. 3.^a ed. São Paulo: Edicon, 2015, p. 85 - 110.

SILVEIRA, J. M. A apresentação do clínico, o contrato e a estrutura dos encontros iniciais na clínica analítico-comportamental. *In.*: BORGES, N. B.; CASSAS, F. A. (Orgs.). **Clínica analítico comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012, p. 110 - 118.

STUDIO IDEIAS. Pesquisa inédita encomendada pelo Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil (SINCEP). *In.*: COELHO, T. **Brasileiro não gosta de falar sobre morte e não se prepara para o momento**. G1, São Paulo: 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/google/amp/bemestar/noticia/2018/09/26/brasileiro-nao-gosta-de-falar-sobre-morte-e-nao-se-prepara-para-o-momento-revela-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SKINNER, B. F. **Verbal Behavior**. Cambridge, Massachusetts: Copley Custom Textbooks, 1992 [1957].

THOMAZ, C. R. de C. Episódios emocionais como interações entre operantes e respondentes. *In.*: BORGES, N. B.; CASSAS, F. A. (Orgs.). **Clínica analítico comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012, p. 40 - 48.

TORRES, N. **Luto: a dor que se perde com o tempo (... ou não se perde?)**. Londrina: IACEP, 2013.

VERMES, J. S. Clínica analítico-comportamental infantil: a estrutura. *In.*: BORGES, N. B.; CASSAS, F. A. (Orgs.). **Clínica analítico comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012, p. 214 - 222.

WORDEN, J. W. **Aconselhamento do luto e terapia do luto: um manual para profissionais da saúde mental**. Tradução: A. Zilberman; L. Bertuzzi; S. Smidt. 4.^a ed. São Paulo: Roca, 2013.